



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638739 - SP (2021/0002029-4)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DAVI GEBARA NETO E OUTROS
ADVOGADOS : DAVI GEBARA NETO - SP249618
DARIO FREITAS DOS SANTOS - SP353531
MARCOS CESAR DE MELO - SP416837
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDIA DO CANTO (PRESO)
OUTRO NOME : CLAUDIO DO CANTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDIA DO CANTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000630-90.2021.8.26.0000).

A paciente foi condenada pela prática do crime previsto no art. 1º, IV, da Lei n. 8.137/1990, por duas vezes, às penas de 2 anos, 9 meses e 18 dias de reclusão e de 14 dias-multa, na proporção unitária de 4 salários mínimos.

Os impetrantes sustentam que a condenação criminal não reúne condições para cumprimento, pois, em razão de equívoco da secretaria do Tribunal de origem e também do desembargador relator do recurso de apelação interposto nos autos da ação penal, o trânsito em julgado respectivo teria sido certificado antes de escoado o prazo recursal para a defesa.

A defesa faz menção acerca da Recomendação CNJ n. 62/2020, aduzindo que a paciente é idosa e, portanto, integra grupo de risco para a covid-19. Narra que opôs embargos de declaração contra a decisão que determinou a certificação do trânsito em julgado e a prisão da paciente, os quais ainda não foram julgados em virtude do recesso forense.

Requerem, liminarmente, a suspensão do mandado de prisão até o julgamento dos embargos de declaração opostos ao despacho proferido pelo relator da Apelação Criminal n. 0063590-75.2011.8.26.0224, que manteve a certificação do trânsito em julgado da condenação. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja ratificada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente